

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O «Mercedes» de Sócrates

Numa crónica política não devia haver lugar para se falar dos bens materiais, propriedade dos políticos. O que cada um tem ou deixa de ter, devia ser um problema exclusivo de cada um, não motivo de discussão pública. Independentemente de a pessoa em causa exercer funções políticas.

Infelizmente não é o caso! Somos forçados por vários factos que explicitarei de seguida, a falar do Mercedes 230 SL do nosso Primeiro-Ministro.

Devo aliás dizer, que muito me espanta que não se tenha falado antes deste assunto...

Só poderei perceber a omissão, pelo estado de graça completamente anómalo, que Sócrates goza, relativamente ao anterior Governo do PSD. Com Pedro Santana Lopes, um ligeiro espirito provocava um tsunami político, com o Presidente da República a clamar logo por eleições antecipadas. Com Sócrates, uma autêntica pneumonia merece apenas uma mensagem de rápidas melhoras do mesmo Presidente!

Dois pesos e duas medidas que deviam merecer um juízo sério de censura, pela pequenez da actuação do Presidente ao longo dos Governos de Guterres e agora de Sócrates.

Os factos que me levam a falar do Mercedes de Sócrates, vêm relatados no Diário de Notícias de 13 de Maio, onde se revelam os rendimentos declarados pelos actuais Ministros, no seu IRS último. Aí se pode ler que Sócrates declarou, em 2003, o rendimento bruto de 55.837 euros, o que significa um rendimento mensal bruto de cerca de 4.600 euros. Rendimento elevado para o normal português, mas revelador de que Sócrates vivia essencialmente, em 2003, dos rendimentos que auferia das suas anteriores funções de Deputado.

Ora a pergunta que qualquer cidadão interessado na coisa pública tem forçosamente de fazer, e o artigo do Diário de Notícias sugere sem o avançar, é: como é possível a alguém com um rendimento anual bruto de 55 mil euros ser proprietário de um veículo Mercedes 230 SL cujo valor de mercado, segundo as revistas da especialidade, ronda os 30-35 mil euros???

Além de ser igualmente proprietário de um apartamento classificado pelo jornal referido, como "num dos edifícios mais luxuosos de Lisboa". Um tal apartamento nunca poderá custar menos de 500-600 mil euros!!!

A dúvida que fica, é de que Sócrates não terá declarado todos os seus rendimentos!

A ser verdade, é gravíssimo, não só por ser violador da lei, mas por constituir uma mentira que no passado já levou - e bem - à demissão de Ministros. Na actual conjuntura, ainda pior se afigura a questão.

Por tudo isto é necessário um esclarecimento urgente de Sócrates, para que os portugueses saibam com que Primeiro-Ministro podem contar! Se um Primeiro-Ministro sério, honesto e cumpridor das leis, ou alguém para quem as leis só se aplicam aos outros.

Governo dá o «Dito» por «Não-Dito»



• Autárquicas 2005

Página 2 e seguintes

• Local

Página 6

• Miguel Macedo: «Tentativas de controlo do Estado»

Página 16

Autárquicas 2005

Em Ourique, com a candidatura de António Afonso



Em Ourique, o trabalho político de preparação para as próximas autárquicas arrancou da melhor forma, na tarde do dia 2, com a inauguração da sede de apoio à candidatura, na Rua Egas Moniz, em Ourique, pelo secretário geral do partido, Miguel Macedo

Junto à sede, recém inaugurada, contou-se com a afluência espontânea de algumas centenas de populares oriundos de todas as freguesias do concelho, tendo os presentes à pequena cerimónia descido a rua principal até ao local da apresentação da candidatura, onde estavam presentes largas centenas de militantes e simpatizantes do PSD e da candidatura, cidadãos de todos os quadrantes políticos, bem como entidades locais e distritais, nomeadamente o Presidente da Distrital de Beja do Partido Social-Democrata, Amílcar Mourão, o Presidente da Concelhia de Ourique, José Raul dos Santos, o Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, António Sebastião, o Presidente do Núcleo Empresarial de Beja, Luís Serrano e o Candidato à Câmara Municipal e Beja, João Paulo Ramôa.

Tendo entretanto chegado o Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, deu-se início à cerimónia de apresentação da candidatura do Engº António Afonso, tendo discursado o Presidente da concelhia, o Candidato e o Presidente do PSD.

António Afonso exerce actualmente as funções de presidente da Câmara Municipal de Ourique, em substituição de José Raul dos Santos, eleito deputado pelo círculo do Porto, nas últimas eleições legislativas, em Fevereiro.

Na altura da eleição, o social-democrata José Raul dos Santos pediu a suspensão das suas funções

como autarca em Ourique.

No seu discurso de apresentação, o candidato, após saudar os presentes, agradeceu muito especialmente «...a presença do nosso Presidente Dr. Luís Marques Mendes, homem de muita coragem!

«Digo, coragem, por muitas razões... mas, especialmente por colocar no horizonte a credibilidade, como bandeira do seu objectivo.

«Credibilidade, palavra, que tão arredada está da maioria dos políticos portugueses. É necessário trazer credibilidade à política que fazemos, com as funções que desempenhamos, com as tarefas que realizamos.

«E foi exactamente por querer contribuir para essa credibilidade que eu aceitei o convite que me foi dirigido

pelo Presidente do Partido Social-Democrata, Dr. Luís Marques Mendes, do que muito me orgulho e agradeço.

«Eu sou amigo da minha terra, das nossas gentes, sem olhar às suas cores políticas... Costumo dizer: a maior parte de nós, somos mais velhos do que os próprios partidos, por isso não são os partidos, a nível local, onde nos conhecemos bem uns aos outros, que nos indicam onde devemos votar.

Nós devemos votar na pessoa que entendemos ser mais válida, mais capaz de resolver os problemas que afligem o nosso Povo.

«Mas, para resolver os problemas temos de

1.º - Diagnosticar esses problemas;

2.º - Arranjar a solução para esses mesmos problemas.

«Mas como fazer?

«Estudando as situações, aplicando políticas de rigor, trabalhando com seriedade e honestidade, enfrentando os problemas olhando as pessoas olhos nos olhos, e dentro das nossas limitações, procurando soluções viáveis.

«Só assim, os nossos credores reconhecendo as nossas intenções, valorizam as nossas propostas.

«Em suma, eu quero, com a Equipa que vou escolher, contribuir para a resolução dos problemas da Autarquia.

«Até agora, temos, lenta, mas firmemente, conseguido resolver

algumas situações, bem difíceis, que a Autarquia vivia. Estamos a conseguir ter credibilidade no mercado, junto das instituições oficiais, junto dos fornecedores.

Estamos programando e já iniciámos a liquidação de dívidas que tinham anos de congelamento, mas ainda enfrentamos inúmeros processos judiciais! Vamos gerindo a Autarquia!

«Mas gerir uma Autarquia também é cativar investimentos. E nós temos com contactos já iniciados, esperança na possibilidade de trazer para o nosso Concelho investimentos muito importantes, que são criadores de postos de trabalho e que contribuirão para o desenvolvimento da nossa região.

«Gerir uma Autarquia também é delegar competências. E nós vamos delegar competências nas Juntas de Freguesia, entregando-lhes, por exemplo, os serviços urbanos, serviços de águas etc., naturalmente com contrapartidas financeiras.

«Gerir uma Autarquia também é organizar os seus serviços dialogando com os intervenientes. E nós vamos fazer do diálogo a nossa arma na relação com todos (Chefias, Técnicos, Operários, etc.).

«Ninguém, mais do que eu, quer ganhar as eleições:

1.º Para honrar o convite que me foi feito pelo nosso líder o Dr. Marques Mendes.

2.º Porque acho que tenho condições e que sou capaz, com a



minha Equipa, de resolvermos os problemas desta Autarquia.

Não podemos alimentar, nem sequer acreditar nos boatos que surgem todos os dias em Ourique!

«A oposição tem medo, tem receio de nós, mas também existem internamente algumas obstruções. Ora, quem diz que apoia, não pode obstruir!

«Nós vamos fazer deste mandato, se o Povo acreditar em nós, um mandato mais sério, mais humano e com mais bem-estar e qualidade de vida para as nossas gentes.

«O que prometo é Trabalho, Trabalho e mais Trabalho! Viva o PSD, Viva o Concelho de Ourique!

Breve intervenção de Marques Mendes

A breve e simples cerimónia foi encerrada pelo líder do PSD, Luís Marques Mendes, que manifestou o

seu incondicional apoio ao candidato, «que enfrenta uma luta difícil, num terreno difícil e contra adversários difíceis, que não hesitarão em recorrer a todos os trunfos a que possam deitar mão, para obter uma autarquia por eles tão desejada.

Falando da situação geral do País, reforçou as críticas às medidas de anunciadas pelo governo para combater o défice, acusando o primeiro-ministro, José Sócrates, de quebrar as promessas eleitorais e de dar o dito por não dito.

«A 15 de Abril, numa entrevista à RTP, já como primeiro-ministro e conhecendo o valor do défice, José Sócrates disse que não iria aumentar os impostos. Um mês depois, deu o dito por não dito e subiu os impostos», afirmou.

Na sua intervenção, centrada na batalha autárquica deste ano e nas medidas tomadas pelo actual governo socialista, o líder dos social-



democratas reiterou a opinião de que “o aumento do IVA não é apenas um erro, mas também a quebra de uma promessa de José Sócrates”.

“Não posso concordar com o aumento de um imposto sobre bens e serviços essenciais à vida dos portugueses”, declarou já a terminar Marques Mendes, reiterando “total

desacordo” com a subida da taxa do IVA de 19 para 21 por cento.

Terminada a cerimónia, seguiu-se um jantar/convívio, com a participação dos presentes e animado por um espectáculo de variedades. – Gab. Candidatura e PL

Em Guimarães, com a candidatura de Rui Vitor Costa



No Sábado passado, em Guimarães, o Presidente do PSD, Luís Marques Mendes esteve presente no lançamento da candidatura à Câmara Municipal de Guimarães de Rui Vitor Costa.

Estiveram presentes muitos apoiantes da candidatura, o seu mandatário e dirigentes do PSD distrital e concelhio, bem como centenas de militantes e simpatizantes do PSD, que encheram a maior sala de reuniões do principal hotel da cidade

Numa intervenção muito aplaudida, o candidato do PSD à Câmara Municipal de Guimarães, depois de explicar as razões da candidatura, referiu e explicou os três pilares essenciais da candidatura: “emprego, descentralização transparência”.

Afirmado-se consciente das

dificuldades, Rui Vitor Costa defendeu ser urgente “criar uma revolução tranquila em Guimarães liderada por nós: a única alternativa ao PS. O nosso projecto político defende a competência das pessoas e não aliena as suas opções pessoais.

“O nosso projecto” – afirmou – “reforçará a participação cívica da sociedade. O nosso projecto atenderá ao emprego dos nossos concidadãos. O nosso projecto fará justiça às freguesias do concelho. O nosso projecto fará justiça à imensa juventude que o compõe. O nosso governo será um governo transparente, capaz de mobilizar os vimaranenses e fazê-los acreditar em Guimarães e em si próprios”.

Declarações do “líder” do PSD

No final, líder do partido iniciou a sua intervenção no lançamento da candidatura de Rui Vitor Costa. “Tenho um profundo orgulho, enquanto líder do PSD, em estar aqui hoje a apoiar o lançamento da candidatura do companheiro Rui Vitor Costa à Câmara Municipal de Guimarães”, disse Marques Mendes, que afirmou ser “esta candidatura, uma candidatura credível, com projecto, ganhadora, que sabe o que quer, e que corresponde àqueles que são os anseios e as necessidades dos vimaranenses.”

Elogiando Rui Vitor Costa, por apostar numa candidatura “com as prioridades políticas bem definidas



e com um projecto político social-democrata, norteados pela defesa da ideia da igualdade de oportunidades”, o Presidente do PSD, mostrou-se confiante na vitória, nas eleições de Outubro.

Referindo-se à situação actual que vivemos, em Portugal, o Presidente do PSD referiu que o actual Governo socialista, «nada fez e nada faz, para conter a despesa pública, tendo apenas como receita o aumento de impostos e o ataque ao funcionalismo público.»

«Considero errado que a receita do Governo esteja virada para o ataque aos funcionários públicos, porque o mal não reside neles, reside sim num Estado grande demais e numa administração pública desorganizada» afirmou Marques Mendes, que ainda

sublinhou que «a culpa do actual estado das contas públicas não é dos funcionários públicos, é sim dos governantes», e que, em relação ao aumento de impostos, «não é indo ao bolso das empresas e das famílias que se acaba com um Estado gigantesco e perdulário».

«Defendo» - disse - «uma receita diferente, que passa pela redução do tamanho do Estado e por acabar com serviços inúteis. Aumentar os impostos sem diminuir a despesa é uma estratégia incompreensível e socialmente injusta» afirmou, sustentando que «deste modo o Governo socialista corre o risco de complicar ainda mais a situação económica do país sem descer a despesa pública». - Gab. Candidatura e PL

Autárquicas 2005

Em Penela, com a candidatura de Paulo Júlio



Quase oito centenas de apoiantes encheram o Parque Multiusos de Penela no jantar de apresentação da candidatura do PSD às Autárquicas 2005.

Com uma assistência maioritariamente constituída por militantes e apoiantes do PSD, merece no entanto especial referência a presença de um significativo número de pessoas que habitualmente navegam noutras ideologias e votam noutras formações políticas, o que é um inequívoco sinal de que esta é uma candidatura que, pela qualidade dos seus protagonistas, está a merecer a atenção, o respeito e a confiança de um número cada vez maior de penelenses.

A esta confiança não será alheio o facto de a candidatura, nomeadamente o seu rosto mais

todo o saber que foi acumulando enquanto gestor duma multinacional.

Numa perspectiva de redefinir o modelo de desenvolvimento para o concelho, a candidatura tem definidos três pelouros estruturantes: A Educação, o Marketing e o Turismo e o Desenvolvimento Económico, porque se baseiam nos recursos principais que temos disponíveis: Os nossos jovens, os investidores, os empreendedores, os recursos naturais, os recursos patrimoniais e as tradições do nosso Concelho. E explicou: «A Educação, porque é nas pessoas - na sua educação e formação - que reside a base de todo o desenvolvimento, razão porque este é um pelouro que estará na directa responsabilidade do Presidente da Câmara.

«O Marketing e Turismo, porque,



visível - o Engº Paulo Júlio - não se deixar seduzir pelo caminho fácil do eleitoralismo a qualquer preço, tão habitual nestas alturas, mas antes sustentar toda a sua linha de acção em dois princípios basilares de qualquer projecto: Organização e Planeamento!

Na sua intervenção, o candidato à Câmara deixou bem claro que esta é a sua postura na vida e na política - definir objectivos, planear as acções para os atingir, e organizar até ao pormenor o como e o quando em matéria de execução, recorrendo a

utilizados de forma equilibrada e estratégica vão permitir a majoração da enorme riqueza patrimonial do concelho (Castelos de Penela e Germanelo, a Villa Romana do Rabaçal e um conjunto vasto de vilas e aldeias de grande valor arquitectónico e urbanístico) e da riqueza natural (a Serra do Espinhal e as piscinas naturais da Louçainha, o Rio Dueça, o Vale do Rabaçal, as grutas Talismã), através da utilização de novas tecnologias, mas também através do recursos a instrumentos como a imprensa local, regional e

nacional, das rádios e das televisões.

«O Desenvolvimento económico tem de assentar numa inegável realidade geográfica - Está no centro do espaço territorial Português, a 25 minutos da Capital de Distrito, Coimbra, e a 15 minutos da A1, que é só a principal via de comunicação rodoviária de Portugal. Dependendo o Desenvolvimento Económico sobretudo da capacidade empreendedora dos munícipes - cabe ao Município possuir o foco e apresentar a estratégia.

«Esta candidatura pressupõe, antes de tudo, aumentar a auto estima de todos aqueles que vivem, que já apostaram, que continuam a apostar e que pretendem apostar no concelho de Penela. Estando mais perto de todos quantos queiram investir na nossa Terra, servindo de promotor na discussão do desenvolvimento, através

«É uma candidatura que se diferencia na juventude, na experiência de gestão, na capacidade de organização e de ver estrategicamente, na competência e na dinâmica de trabalho, na visão clara do futuro, suportada por uma vivência aberta e alargada no conhecimento de muitas culturas.

«É tudo para que viver no concelho de Penela não seja um acto de resistência, mas sim um acto de vontade.

«Quase no fecho a confiança de um sentimento: Amor ao Concelho; ambição de fazer mais e de deixar um Concelho com futuro para os nossos filhos; motivação de liderar uma equipa unida em torno de um projecto; organização, fundamental para desenvolver qualquer acção e atingir um objectivo e renovação, com critério de competência e nunca anulando o passado.

«Com os olhos no futuro!!!»



da criação do Forum Anual de Desenvolvimento, sendo a alavanca da criação de uma Associação Comercial e Industrial, investindo na actual Zona Industrial, mas também projectando o futuro - pensar e executar o projecto de uma outra Zona Industrial que consiga captar desenvolvimento e investimento estruturante para o Concelho.

«Em simultâneo importa potenciar e desenvolver os produtos endógenos (Nozes, Queijo, Mel e o Vinho), enquanto fonte de património e riqueza absolutamente fundamental para a fixação de populações nas zonas rurais.

«Um objectivo que será tão mais alcançado quanto maior for o aproveitamento dos nossos activos humanos. Não há desenvolvimento sem pessoas e o nosso Concelho tem todas as condições de atrair mais pessoas e desse modo invertermos a tendência natural de estabilização de população prevista - Vamos trabalhar muito neste grande objectivo.

«Alvo de especial atenção irão ser as áreas de maior contacto com as pessoas - o urbanismo, a saúde, o social e o ambiente.

Encerramento: improviso do Presidente

O presidente do PSD, num breve improviso, manifestou a sua confiança no candidato, deixando a sua grande alegria e satisfação por ver uma expressão tão combativa e simultaneamente alegre e capaz de comunicar a sua confiança aos eleitores do Concelho.

São estas candidaturas que interessam ao PSD, candidaturas que se proponham, acima de tudo, servir as suas terras e as suas gentes, pois esta é a verdadeira e mais nobre face do municipalismo e do dever autárquico.

Marques Mendes, e todo o PSD, estão de alma e coração com tais candidaturas e darão todo o seu apoio à luta que se aproxima - aliás, que já começou!

Esta é, segundo Luís Marques Mendes afirmou a terminar, uma candidatura ganhadora, que sabe o que quer, com um projecto e que corresponde aos anseios e necessidades dos cidadãos do Concelho. - **PL, Gab. Candidatura**

Em Lisboa:

Inaugurada a Sede de Campanha de Carmona Rodrigues



Na quinta-feira passada, em Lisboa, num edifício de traça dos primeiros anos do século XX, no entroncamento da Avenida da Praia da Vitória com a Praça do Marechal Saldanha, foi inaugurada a sede de campanha do Professor Engenheiro Carmona Rodrigues, na sua candidatura à presidência da Câmara da capital de Portugal.

Foi uma cerimónia singela, muito concorrida por personalidades de relevo na vida política, social e económica da cidade, com a presença de todos os órgãos de informação de referência a nível nacional.

Carmona Rodrigues foi o único orador e dirigiu-se a todos os presentes, dizendo:

O passo que hoje damos no percurso para a Vitória em Outubro tem para mim um simbolismo muito especial, estamos a abrir aos lisboetas um espaço para a sua participação. Um espaço no qual todos os que, como eu, amam esta cidade, são bem vindos. Este é um espaço aberto, tal como Lisboa será, comigo na Presidência da Câmara, a partir de Outubro. Um espaço para todos.

Um espaço que escolhi por muitas razões mas, principalmente, pelo que entendo que representa em termos de localização.

Uma magnífica Praça, inserida num bairro que, tendo sido concebido essencialmente como residencial, tem vindo a assumir cada vez mais uma função terciária, apresentando, por isso, problemas de desertificação e segurança – um dos grandes problemas da Cidade.

Uma Praça bem servida de transportes públicos em que, no entanto, o trânsito tem imensas dificuldades, por estar aberta uma frente de obra. Outro grande problema da Cidade.

Uma Praça em que convivem edifícios e espaços novos e de alta qualidade, com prédios degradados, alguns a ameaçar ruína. Outro problema que todos conhecemos bem.

Pedem-me, por vezes, que eleja uma prioridade para este mandato. Numa só Praça, no centro de Lisboa, já equacionamos vários. Imaginam, se fizerem um esforço sério, que este não é um exercício fácil.

Afinal, o que é prioritário?

O Trânsito ou a reabilitação

urbana? A qualidade das ruas e jardins, ou acabar com as crateras urbanas e a degradação da cidade? O estacionamento, ou a poluição? E o problema humano e de coesão, que é hoje a vida dos nossos mais velhos? E o nosso futuro? E o desenvolvimento económico, que passa em grande parte pela criação de pólos de qualificação e excelência dos jovens e das crianças?

O conhecimento bem profundo que tenho da cidade e dos seus problemas, só me permite fazer uma única simplificação das necessidades de Lisboa, para a poder assumir com seriedade no próximo mandato: os Lisboetas, as pessoas de Lisboa. São os NOSSOS problemas a prioridade desta minha candidatura. Já o disse e repito: Lisboa não é um palco ou um meio para atingir fins de uma

que está a elaborar o programa que tenciono desenvolver nos próximos quatro anos à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa.

Quero ser eu a coordená-la, porque sei muito bem o que há a fazer e o que falta fazer. Com bom-senso, abrangência e sem sobressaltos.

Os problemas das pessoas resolvem-se utilizando sinergias e dedicando tempo, muitas vezes mais do que dinheiro, à consolidação das soluções efectivamente úteis e adequadas.

Aliás, deixo-vos duas mensagens muito claras:

Não utilizarei abusiva e massivamente o espaço público, durante esta campanha eleitoral;

Não me deixarei pressionar por aqueles que defenderem a utilização exagerada de “artefactos” de campanha,



qualquer escalada política, Lisboa não é um exercício intelectual.

Lisboa é as Pessoas. O objectivo desta minha candidatura, é resolver os seus problemas.

Terei oportunidade, ao longo destes 4 meses de campanha, de explicar o que tenciono fazer, com quem, como e quando. Serei objectivo.

Sou um homem prático e saberei, com honestidade, mostrar o que quero fazer, de uma forma quantificada e realisticamente calendarizada, rodeando-me de uma equipa competente, empenhada e imbuída do mesmo espírito: resolver.

Hoje, porém, é o primeiro dia em que pretendo apresentar-vos este espaço, como local de encontro de todos quantos quiserem contribuir para enriquecer a proposta que apresentarei aos lisboetas e trabalhar para a difundir e explicar a todos.

Eu próprio coordeno a equipa

normalmente onerosos, por vezes inúteis.

Em primeiro lugar, porque os recursos devem ser bem geridos e vivemos tempos em que esses recursos, sendo escassos, devem ser canalizados para fins bem mais estruturantes.

Em segundo lugar, porque todos nós estamos fartos de grandes promessas eleitorais pespegadas em cartazes e parangonas sem a consequente realização.

Esta é a minha conduta, enquanto candidato; será, como sabem, a minha conduta quando Presidente da Câmara de Lisboa.

Quero garantir-vos: este é um projecto de vitória! É para ganhar...

...Porque Lisboa é uma cidade que precisa de quem saiba, de quem faça, de quem lidere e tenha capacidade de concretização.

É para a concretização desse desafio que vos convido, com as portas desta casa sempre abertas, a juntarem-se a nós, para – com

seriedade – levamos este nosso intento a cada um dos Lisboaetas.

Todos aremos desta cidade, uma Cidade para todos!

Muito Obrigado, pela vossa presença e apoio. Sinto-o como um forte estímulo para abraçar este desafio, que é governar Lisboa

Permitam-me que agradeça, muito em especial ai Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, pela confiança que deposita em mim, para ganhar Lisboa, a mim, um homem independente, não militante de qualquer Partido. Mas um combatente pelos que vivem em Lisboa!

Algumas perguntas e respostas

Elementos da Imprensa que se encontravam presentes, formularam algumas perguntas a Carmona Rodrigues, quanto à forma como vai conduzir a campanha eleitoral.

Em resposta, o candidato social-democrata recordou “uma imagem” que um treinador de atletismo lhe transmitiu há alguns anos.

“Se queres ganhar a corrida, olha para a meta, não olhes para o lado, senão perdes tempo. Eu não quero olhar muito para o lado”, disse, acrescentando que “os quatro

anos do futuro não passam pelo anterior Presidente da Câmara”

Sobre uma proposta apresentada quarta-feira passada, pelo candidato socialista, que prevê que empresas privadas se assumam como “patronos” de escolas da cidade, promovendo e financiando o reequipamento dos estabelecimentos de ensino, o que constituiria “critérios majorativo a considerar para efeitos da adjudicação de concursos municipais de fornecimento de bens e serviços”, Carmona Rodrigues sustentou que esta prática é “manifestamente ilegal”, alegando que desrespeita os critérios de adjudicação de concurso público e “viola os princípios da legalidade, da igualdade e da imparcialidade” definidos no decreto-lei 197/99, que aprovou o regime jurídico de realização de despesas públicas e de contratação pública.

“Na prática, isto significaria que se uma empresa colocasse alguns baloiços no recreio de uma escola, fica automaticamente colocada à frente de outras, possuidoras de maior experiência ou que oferecessem preços mais competitivos num concurso público”, disse.

O candidato social-democrata refere que “os dois únicos critérios de adjudicação em concursos



públicos são a proposta economicamente mais vantajosa e o preço mais baixo”.

“A seguir a proposta socialista, as grandes empresas, ou aquelas com mais capacidade em contribuir para o reequipamento gratuito das escolas, estariam em melhores condições, porque majoradas, em concursos públicos lançados pela Câmara, o que à luz da lei é ilegal”.

Cumprimentos e elogios ao candidato, do Presidente do PSD

O Presidente do PSD, que

chegou à sede da candidatura por volta das set e meia da tarde, falou também à Imprensa, afirmando que “A candidatura de Carmona Rodrigues é uma grande oportunidade para a cidade de Lisboa e para o seu futuro”.

“Lisboa não precisa tanto de um grande político, mas de quem a ela se dedique”, disse, considerando que nas eleições autárquicas o que está em questão “é mais a escolha de pessoas e não uma questão partidária”.

“Mais do que os partidos contam as pessoas, aquilo que as pessoas representam”, acrescentou Marques Mendes, a terminar.

– PL

No Barreiro:

Mais uma «Homenagem ao esquecimento autárquico»

No Barreiro, as actividades de esclarecimento da população, com vista às próximas eleições autárquicas, continuam, com relevo para actividades da JSD, que em evocação das promessas eleitorais não cumpridas pela Presidência PS, prossegue as suas “homenagens ao esquecimento autárquico”.

Desta vez, foi “inaugurado” o “Hotel Emídio Xavier”, uma tenda individual junto à Estátua de Alfredo da Silva, durante a qual Pedro Gomes, Presidente da JSD do Barreiro, referiu que a inauguração de mais uma obra com o nome de Emídio Xavier – o actual presidente socialista da câmara do Barreiro - tinha por finalidade recordar ao autarca, mais uma das suas promessas eleitorais não cumpridas e demonstrar que, na sua opinião, como o “Barreiro marca passo”.

Nuno Matias, Presidente da Distrital de Setúbal da JSD, referiu

que o objectivo desta inauguração é demonstrar como no Distrito de Setúbal, onde a gestão tem sido da responsabilidade de forças de

esquerda, as oportunidades têm sido perdidas. Na sua opinião, “houve crescimento, mas não houve desenvolvimento, nem

existe qualidade de vida”.

Segundo Nuno Matias, no distrito de Setúbal “não há um desenvolvimento sustentado” porque não há mais emprego, nem criação de riqueza, “nem fixação dos jovens”.

“Não foram capazes de cumprir as promessas, nem promover projectos de desenvolvimento. No Barreiro, houve obras promovidas pelo governo PSD, com a acção de Bruno Vitorino, enquanto deputado da Assembleia da República” – referiu o Presidente da distrital da JSD.

Neste contexto concluiu que, no Barreiro, o saldo do mandato autárquico dos socialistas foi negativo.

O Barreiro precisa de um Hotel

Bruno Vitorino, líder do PSD Barreiro e candidato à Presidência



da Câmara Municipal do Barreiro, salientou que esta homenagem ao esquecimento autárquico era para recordar a promessa eleitoral de Emídio Xavier, que prometeu a construção de um Hotel e uma marina na zona da Verderena.

Bruno Vitorino sublinhou que, de facto, o Barreiro carece de um equipamento desta natureza, e reconhecendo que esta não é um competência da autarquia, considerou que o papel da autarquia deveria ser no sentido de estimular a iniciativa privada para que se dinamizasse este tipo de equipamento que considerou necessário para o Barreiro.

Na sua opinião, é lamentável que sempre que ocorram eventos no Barreiro, os participantes tenha que se deslocar ou para o Montijo ou para Setúbal, dada a inexistência deste tipo de equipamento.

Recordou Bruno Vitorino, que estando actualmente a funcionar uma Unidade de Radioterapia no Hospital Distrital do Barreiro, ainda mais se justifica a necessidade

de um Hotel, que possa alojar acompanhantes de doentes em tratamento, ou mesmo doentes em ambulatório de outras zonas próximas.

“O PSD vai ser uma voz activa na defesa deste objectivo” – referiu o candidato do PSD, que a terminar exprimi uma série de críticas a Emídio Xavier sublinhando que o Presidente da Câmara “devia ter vergonha e respeitar as campanhas enquanto é Presidente”, porque, acrescentou, com estas iniciativas do PSD, “não se quer ferir a dignidade pessoal” do Presidente, mas sim fazer “crítica política”.

Segundo Bruno Vitorino, “fazer jogo sujo é tudo prometer e nada fazer, fazer jogo sujo é iludir os barreirenses” e, na sua opinião, é “este jogo sujo que suja e mancha a vida política”.

O candidato social-democrata referiu que o Presidente da Câmara em vez de andar a tecer comentários sobre as campanhas dos outros partidos, devia responder às críticas apresentando



obra.

Bruno Vitorino acrescentou que na anterior legislatura, demos ao Presidente da Câmara “o benefício da dúvida, demos-lhe todo o apoio, e se mais não fez é porque não foi

capaz”.

Por essa razão, concluiu, é necessário “mudar a cor política do concelho do Barreiro”. - **Gab. Candidatura**

Alenquer:

Acções de esclarecimento do candidato apoiado pelo PSD



O Candidato à Câmara Municipal de Alenquer “PELA NOSSA TERRA” visitou no passado Sábado dia 28 de Maio várias localidades da Freguesia de Triana acompanhado pelo autarca da Freguesia, Vítor Ronca.

O arquitecto Nuno Coelho começou a sua visita pelos Albarróis, onde pôde verificar a grave situação que ali se vive, devido à falta de saneamento básico e aos maus cheiros que daí advêm.

Nuno Coelho mostrou-se bastante apreensivo relativamente à falta de infra-estruturas, nomeadamente, ao nível de saneamento básico e abastecimento de água. O Candidato à Câmara considera mesmo que nesta zona não existem condições, de momento, para receber mais construção, pois se isso se verificar irão existir graves problemas de funcionalidade no abastecimento da água e saneamento, e o mais assustador é que não se conhecem soluções por parte dos responsáveis da autarquia.

O candidato alertou ainda para o facto dos acessos daquela zona serem as piores do Concelho, uma vez que não sofreram qualquer alteração ou melhoria em muitos anos.

Em seguida deslocou-se em direcção aos Casais Falgar, local onde verificou alguns movimentos de terra (Aterros/Desaterros) que descaracterizam toda a zona e abrem precedentes que poderão vir a tornar-se perigosos, relativamente a futura especulação imobiliária. Este é um problema que é transversal a todo o Concelho e que demonstra bem a falta de política de planeamento e ordenamento do território, e política de ambiente existente no mesmo.

No decorrer da visita, a comitiva do Arq. Nuno Coelho subiu ao Alto Moinho, em Alenquer (ponto mais elevado da Vila) onde constatou duas realidades bem distintas.

Assim, do lado direito, a linda Vila de Alenquer implantada na encosta, herança que os nossos antepassados nos deixaram e do lado esquerdo toda a obra que em trinta anos se realizou no eixo Alenquer – Carregado (veja as fotos).

Comparando as duas primeiras com as 3ª e 4ª, o contraste é assustador. Nas primeiras observamos uma Vila que até 1975 nasceu e desenvolveu-se ordenadamente por uma colina, revelando uma homogeneidade de arquitectura e cores, e nas últimas, salienta-se a falta de planeamento urbanístico e de rigor arquitectónico onde, perigosamente, áreas industriais coabitam com áreas residenciais.

Em conclusão, Nuno Coelho considera que estas imagens valem mesmo mais que mil palavras, pois espelham bem quem governa o município desde 1975.

– **Gab. Imp. Candidatura “Pela Nossa Terra”**





Intervenção no debate sobre as Perspectivas Financeiras 2007 - 2013

Deputada Regina Bastos
Assembleia da República, 1 de Junho de 2005



(...)

Os desafios que Portugal tem de enfrentar são os MESMOS que têm de enfrentar os países nossos parceiros na União Europeia.

Sem distinção de grandeza, riqueza, situação periférica ou centralidade, a Europa e cada um dos Estados-membros tem de dar resposta a prioridades que

definiu.

É para nós claro que as **Perspectivas Financeiras para o período 2007-2013 devem estar em estreita coerência com os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa.**

A revisão da Estratégia de Lisboa reorientou as prioridades para o crescimento e o emprego.

Daí a necessidade de as próximas Perspectivas Financeiras permitirem o financiamento daqueles objectivos cruciais estratégicos.

O pressuposto vital para os atingir é claro e consensual: **APOSTA NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO.**

É aqui que reside a chave do crescimento económico, da criação de mais e melhor emprego, da competitividade e da coesão social.

A formação, a qualificação e a aprendizagem ao longo da vida são o garante da sociedade do conhecimento para que aponta a Estratégia de Lisboa.

Mas é de todos sabido que também aqui Portugal e os portugueses estão em desvantagem em relação aos seus parceiros comunitários.

Também nestes domínios somos um

país com problemas específicos.

A nossa linha de partida fica muito atrás da linha de partida dos nossos parceiros.

Temos uma elevada taxa de abandono escolar, um nível de qualificações baixo.

O nosso modelo de desenvolvimento económico assente em baixas qualificações e mão-de-obra barata que rendeu até aos finais da década de noventa entrou em colapso com a globalização da economia e com a concorrência das economias emergentes como a China, a Índia e também com os novos Estados membros da União.

Temos vindo a assistir à deslocalização de empresas para esses países e ao desemprego a aumentar em muitos sectores, sobretudo no sector têxtil.

O discurso europeu apela à aquisição de novas competências e aptidões como forma de reintegrar as pessoas desempregadas num mercado de trabalho mais exigente e competitivo.

O balanço intercalar da Estratégia de Lisboa demonstrou que é preciso acelerar o andamento neste domínio de intervenção.

O que justifica um aumento da despesa ao nível europeu.

Apesar disso, o crescimento orçamental proposto para a Política Social aumenta substancialmente menos – 115% - relativamente aos outros objectivos que beneficiam de aumentos superiores a 300% à excepção da Investigação e Desenvolvimento que mesmo assim tem um crescimento orçamental de 159%.

(...)

A preocupação que se assinala tem que ver com estas duas questões:

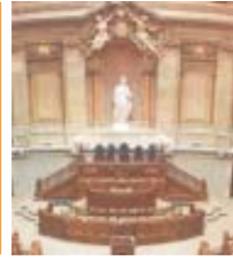
- **Formação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida**
- e
- **Políticas de inclusão social**

Impõe-se, Senhor Ministro, perguntar:

O nosso País tem especiais carências e fragilidades, está o Governo de V. Exa. disposto a invocar esta especificidade de Portugal para reclamar um reforço de verbas do próximo Quadro Comunitário para aquelas áreas de intervenção?

Neste sentido, tenciona o Governo exigir uma solução “ad-hoc” para fazer face à situação singular de Portugal que, sem exagero ou falsos dramatismos, configura uma real condição de “assimetria social”?

(...)



Intervenção no debate sobre as Perspectivas Financeiras 2007 - 2013

Deputado António Almeida Henriques
Assembleia da República, 1 de Junho de 2005



(...)

Se não fosse a iniciativa do PSD, chegaríamos ao Conselho Europeu de Junho sem a Assembleia da República se ter pronunciado sobre uma matéria tão relevante para o nosso desenvolvimento futuro.

Com a discussão que promovemos ontem, com pessoas da sociedade civil, procurámos também alargar um debate que a todos deveria envolver, era uma obrigação do governo;

E com a apresentação da nossa proposta de resolução, damos uma

legitimidade acrescida à fase final da difícil negociação que decorre quanto às perspectivas financeiras 2007 / 2013.

Provavelmente estaremos perante a última oportunidade significativa para Portugal se modernizar aproveitando os fundos comunitários.

Outra evidência é que, apesar do percurso positivo que o nosso país teve nestes vinte anos, não é menos verdade que a nossa dependência, face aos fundos comunitários é enorme, ...

E será o próximo quadro financeiro que definirá as ambições e prioridades dos próximos sete anos;

Não podemos aceitar é que, ao deslocar-se a prioridade política da coesão para a competitividade, se prejudique a coesão.

(...)

Recordemos que a Comissão Europeia propôs que as contribuições dos EEMM correspondam a 1,14% do produto comunitário.

Em 1988, quando a Europa tinha 12 EEMM, foi decidida uma taxa que seria no máximo de 1,24%. E, entretanto, decorreram mais de quinze anos !

E neste período realizaram-se dois alargamentos que duplicaram o número de Estados, entraram em vigor três Tratados e a UE assumiu novas competências, designadamente na revitalização da Estratégia de Lisboa, nas

questões ambientais, no aumento da investigação, na criação de diversas agências, no reforço da política externa e da investigação na defesa, entre outras.

Por isso, não podemos aceitar um patamar inferior ao proposto pela Comissão, muito aproximado ao relatório do Parlamento Europeu.

Como disse o Presidente da Comissão não é possível ter mais Europa com menos recursos.

Portugal tem que adoptar uma postura firme. (...)

A especificidade de Portugal tem que ser atendida, não só pela nossa dependência dos fundos estruturais mas sobretudo pelo atraso face à UE em áreas essenciais.

O nosso atraso no campo da investigação e desenvolvimento: é preciso corrigir esta disparidade, colmatando o fosso tecnológico, o gap existente entre ricos e pobres, evitando a excessiva concentração de meios nas multinacionais e enfatizando o envolvimento dos centros tecnológicos e das universidades com as associações de PME's.

As nossas qualificações: Portugal é um dos países com mais atraso no que à formação diz respeito, isso tem que ser levado em conta também com um reforço de verbas para formação e educação.

As nossa **regiões ultraperiféricas,** da

Madeira e dos Açores, têm que ter um tratamento específico que compense os custos da ultraperiferia, tal como, aliás, decorre das obrigações inscritas no Tratado em vigor.

A agricultura portuguesa, com as suas especificidades reconhecidas no Conselho Europeu de Outubro de 2003, a ter cortes, não deverão incidir sobre as verbas previstas para o desenvolvimento rural.

O ambiente também terá que ver as suas verbas reforçadas, designadamente com a criação de um fundo comunitário para esse fim específico.

(...)

Há que fazer uma análise rigorosa de quem ganha e de quem perde com esta nova ordem económica internacional; porque no jogo de abertura da Europa à China, nem todos os países europeus são perdedores.

(...)

O esbatimento da política de coesão contribuirá para o surgimento de dificuldades financeiras e para o adiamento de importantes projectos em algumas das regiões mais pobres da Europa; mas, mais grave, esta quebra de solidariedade pode pôr em causa o sentimento de pertença.

Quando o egoísmo ganha, perde a solidariedade. **E não há projecto europeu sem solidariedade.**

(...)



Intervenção sobre alteração das regras do sigilo bancário

Deputado Hugo Velosa

Assembleia da República, 2 de Junho de 2005



(...)

Estávamos em Janeiro de 2003. E já então, o Deputado Francisco Louçã omitia a melhor eficácia da Administração Fiscal embora concordasse (e cito) que a Lei actual de então já permitia, quando havia indícios, perseguir e saber a verdade; mas continuava “só era eficaz quando havia indícios”.

Passaram mais de dois anos sobre aquele debate.

Muito foi feito de então para cá neste combate, inclusivamente com a concretização plena do cruzamento de dados pela Administração fiscal e por outras medidas constantes dos Orçamentos de 2004 e sobretudo no de 2005.

(...)

É certo que, na parte que diz respeito ao sigilo bancário, concordamos que é necessário ir mais longe, de forma a que o mesmo não seja ainda um obstáculo à transparência fiscal. É, no essencial, o que falta fazer neste combate.

Isto mesmo tem sido afirmado pelo Presidente do PSD.

É também certo que vários países têm evoluído quanto à quebra do sigilo bancário, em nome da exigência e do rigor fiscal. Pensamos e assumimos que é também a altura do PSD participar activamente na melhoria do quadro legal nesta matéria.

O Governo, pelo contrário, quer ficar por aqui quanto ao quadro legal.

Na verdade, o Conselho de Ministros comunicou há dois dias que iria fazer uma “*utilização selectiva e eficaz do acesso à informação bancária para efeitos fiscais, concentrando-se em situações de particular risco, cujos resultados serão objecto de relatório anual a apresentar à Assembleia da República até final do 1º trimestre do ano subsequente*”.

(...)

Para quem tanto crucifica os Governos da anterior maioria e o PSD é bom que se saiba o que de bom foi feito, mas também que quem apregoa o combate, nada mais quer fazer.

(...)

O Grupo Parlamentar do PSD concorda, em matéria de sigilo bancário para efeitos fiscais que algo mais se deve fazer.

(...)

Está portanto o Grupo Parlamentar do PSD de acordo com o princípio invocado pelo Bloco de Esquerda no artigo 1º do Projecto-lei agora em debate.

A questão que se põe é a de saber-se se o caminho a seguir é aquele que é proposto pelo Bloco de Esquerda.

Desde já o caminho de retirar à Administração Fiscal os poderes de aplicação de novas regras sobre a quebra de sigilo bancário para efeitos fiscais e de criar aquilo a que chama a Comissão para a transparência fiscal.

Tal como defendemos antes não nos parece ser esta a solução.

É sem dúvida, Senhor Deputado Francisco Louçã, uma solução burocratizante e forçosamente ineficaz: Que eficácia pode ter uma Comissão que fará um controle generalizado de informação, sem critério ou objectivos definidos?

(...)

Estamos portanto disponíveis para participar e promover alterações no quadro legal que aponte no sentido da generalização de quebra de sigilo bancário para efeitos fiscais, com base em três ideias:

1ª. **Acompanhamento das legislações europeias**, nomeadamente a espanhola e outras;

2ª. **A manutenção do sistema actual não se justifica quanto ao receio de fuga de capitais**, visto que os outros países também evoluíram;

3ª. **O combate à fraude e evasão**

fiscais, para além do que foi feito nos últimos anos, **justifica que a Administração Fiscal disponha de um quadro legal mais generalizado e eficaz de quebra do sigilo bancário.**

(...)

Entretanto, o Governo, conforma-se com o quadro legal e, em vez de atacar o problema numa vertente estruturante e eficaz, fica-se pelo “faz de conta”.

Veja-se o que se passa com as anunciadas alterações ao sigilo fiscal. O Governo faz um grande alarido quanto a esta medida mas todos perceberam que, em termos de eficácia o importante é o alargamento das situações de quebra do sigilo bancário.

A quebra do sigilo fiscal, não terá efeitos no combate à fraude e evasão fiscais e, pelo contrário, tal combate só será ainda mais eficaz no âmbito da quebra do sigilo bancário.

Por isso, ao contrário do Governo, só temos que nos congratular com a persistência do Bloco de esquerda.

Por isso o desafio que tem de ser feito ao Governo é o de colaborar, no âmbito da Assembleia da República, e o PSD está disponível para este efeito, no sentido de se encontrarem mecanismos de reforço de eficácia de combate à fraude e evasão fiscais, nomeadamente alargando-se as circunstâncias da quebra do sigilo bancário.

(...)

O País não precisa de medidas que parecem emblemáticas mas que são ineficazes. Também aqui a encenação, como no défice pode enganar alguns mas não beneficia Portugal.

(...)

Por nós, PSD, **estamos disponíveis para promover as alterações necessárias para reforçar as garantias de transparência e de justiça fiscal** e um combate ainda mais eficaz à fraude e evasão fiscais através de novo regime, mais amplo, de quebra do sigilo bancário.

(...)

Agenda

Quarta-Feira, dia 08 de Junho -15:00h

Agendamento Potestativo, requerido pelo GP/CDS-PP
(Sobre manuais escolares)

Quinta-Feira, dia 09 de Junho -15:00h

Programa de Estabilidade e Crescimento

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 10 de Junho de 2005

Feriado

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a Auto-Estrada do Norte – Pagamento de portagens nos lanços com obras

Deputado Fernando Santos Pereira.

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a Estrada da Beira (EN 17)

Deputado Jaime Carlos Marta Soares

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre a abertura do Consulado-Geral de Portugal em Manchester

Deputado Carlos Alberto Gonçalves

Requerimento ao Governo

Sobre o Acordo das Lajes

Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Victor Cruz defende que os trabalhadores das IPSS devem auferir, para as mesmas funções, salário igual à função pública

“O PSD defendeu e defende que os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social tenham um estatuto remuneratório igual aos seus colegas com funções idênticas na Administração Pública. É uma injustiça que assim não seja,” afirmou o Presidente do PSD/Açores, na sequência de uma recente visita à “Arco Íris”, Instituição Particular de Solidariedade Social que se dedica à prestação de serviços a uma creche e jardim de infância, no Bairro das Laranjeiras, na freguesia urbana de São Pedro, em Ponta Delgada.

Para Victor Cruz, “a situação financeira da Região torna possível esse objectivo, já que, tal como têm vindo a afirmar os governantes regionais socialistas, a crise das finanças públicas nacionais não afecta a Região, chegando a tesouraria regional a apresentar um superavit nas suas contas de 2004”.

“AS IPSS desempenham funções que cabem, em última instância, ao Estado. Nos Açores, as IPSS têm uma importância fundamental no bem-estar social dos cidadãos. Os seus trabalhadores estão a prestar à sociedade açoriana serviços de relevância, não merecendo, de modo algum, serem discriminados em relação aos seus colegas da Função Pública que exercem as mesmas funções, recebendo, todavia, salários inferiores. A título de exemplo, um técnico superior da Administração Regional, no início de carreira, auferiu um salário de 1.018 euros, enquanto que um colega seu, exercendo as mesmas funções numa IPSS auferiu um salário de apenas 886 euros”, disse Victor Cruz.

“O PSD não defende a presença massiva de Estado na sociedade açoriana. Deve ser sempre dado grande espaço ao Voluntariado e à Solidariedade. Mas o Estado tem obrigações para com aqueles que prestam serviços à comunidade. Daí a necessidade de dotar as IPSS dos meios financeiros para pagar aos seus trabalhadores remunerações iguais aos dos seus colegas da Administração Regional”, afirmou o Presidente do PSD/Açores.

As IPSS nos Açores têm 2.700 trabalhadores, sendo 300 deles educadores de infância que já viram, justamente, os seus salários equiparados aos dos seus colegas da Administração Regional.

Uma Proposta de Contrato Colectivo de Trabalho foi apresentada em Outubro de 2004, com o apoio do PSD, ao Governo Regional. De acordo com o Código de Trabalho, uma resposta já devia ter sido dada no prazo de 30 dias. Até hoje, passados todos estes meses, os sindicatos, representantes dos trabalhadores das IPSS, ainda não receberam uma resposta.

Segundo Victor Cruz “ O PSD defende que a equiparação salarial dos trabalhadores das IPSS à dos seus colegas da Administração Regional deve ser feita no espaço de uma legislatura. Está, assim, na altura de dar início a esse processo”.

O Vice-Presidente do PSD/Açores em Lajes das Flores, na preparação das autárquicas

José Manuel Bolieiro, deputado do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, esteve numa visita de três dias na Ilha das Flores onde estabeleceu contactos com a população e instituições locais. Em ano de eleições autárquicas, José Manuel Bolieiro, acompanhado pelo deputado social-democrata das Flores, António Maria, inteirou-se da real situação política das Lajes das Flores.

Na qualidade de Vice-Presidente do

válido para o desenvolvimento integral e sustentado de todas as ilhas.

Reafirmou ainda a importância da transparência na gestão dos dinheiros públicos, referindo-se à situação do cofinanciamento do PRODESA à Câmara Municipal das Lajes das Flores, ressalvando a necessidade de cooperação e de objectivos de desenvolvimento por que devem pautar-se as relações institucionais dos representantes do povo. “É urgente o esclarecimento da situação das dívidas do Governo Regional à Câmara Municipal das Lajes das Flores” apontou José Manuel Bolieiro, que manifestou o seu apoio aos autarcas do Concelho das Lajes das Flores, bem como ao povo deste Concelho. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

A JSD/Açores e a “preocupação” socialista com novos militantes do PSD

não deixa de ser pertinente constatar que, numa altura em que se fala tanto da juventude estar arredada da actividade política, a adesão de dezenas de jovens a uma estrutura concelhia da JSD é, por si só, demonstrativo não só do enorme interesse que a Social-Democracia desperta nos jovens, como do grande descontentamento dos jovens perante as políticas de juventude deste Governo Regional socialista.

A questão essencial, para a JSD, não é falar do passado, do lugar que alguém ocupa em determinadas lista de candidatos à Assembleia Legislativa. Para nós, o que merece atenção especial é o facto de muitos jovens, diariamente, aderirem a organizações que não se revêem no actual governação socialista da Região.

Deve ser isto na essência que incomoda tanto a JS/Açores, ao ponto de vir a público criticar uma acção política da JSD!!!

A JSD reitera as suas constantes preocupações com todas as questões inerentes aos jovens açorianos e demonstra este mesmo interesse, tanto em acções políticas de militância como com a presença e participação do nosso Presidente Honorário da JSD, Dr. Victor Cruz, em todo um conjunto de actividades que temos levado a cabo.

A Juventude Socialista auto-satisfaz-se com a presença de alguns representantes seus na Assembleia Regional. O desemprego juvenil, a falta de habitação para os jovens casais, a ausência de um combate efectivo à toxicoddependência, etc., deixou de preocupar a JS. Ou será que a JS se deixa também iludir pelos números do desemprego que o Governo Regional socialista apregoa?! Quem lida com os jovens e não se fecha nos corredores e gabinetes do poder sabe que a realidade da falta de emprego para os jovens em nada condiz com os números que o Governo Regional socialista publicita todos os meses.

A JSD vai continuar a trazer jovens para a política e a criticar este Governo Regional socialista que, durante 9 anos, ainda não foi capaz de encontrar uma política de emprego para os jovens que terminam os seus estudos ou a sua formação profissional.

Uma coisa é certa: a JSD não vai criticar o Presidente do PS, Sr. Carlos César, por ele não ser capaz de criar mais emprego para os jovens, quando ele for entregar mais uma chave a uma família necessitada.

A JSD vai continuar a lutar pelos seus ideais e a apoiar o Dr. Victor Cruz nas suas iniciativas dirigidas à Juventude Açoriana. E vamos deixar o ruído publicitário para a JS instalada nos corredores do poder. – **Gab. Imp. JSD/Açores**



partido, José Manuel Bolieiro manteve contactos e reuniões com a Comissão Política Concelhia das Lajes das Flores e com militantes do PSD de Santa Cruz das Flores, no sentido de colaborar no processo de candidaturas autárquicas no Concelho das Lajes.

José Manuel Bolieiro, conjuntamente com a Comissão Política de Ilha, manifestou a importância de promover uma reunião de militantes do PSD de Santa Cruz, para a eleição da respectiva Comissão Política Concelhia, com o objectivo de preparar o processo de candidaturas autárquicas nesta freguesia, reunião que deverá realizar-se durante o mês de Maio, destinada a eleger os novos órgãos do partido: a Comissão Política Concelhia e a Mesa da Assembleia.

“A capacidade de realizar obra prestigia os nossos autarcas e justifica a confiança do PSD nas suas recandidaturas” afirmou José Manuel Bolieiro, acrescentando que é sempre um objectivo do Partido dar um contributo

A CPR da JSD dos Açores enviou-nos, com pedido de publicação, o seguinte comunicado:

Foi com estranheza que a Juventude Social-Democrata viu surgir na comunicação social uma tomada de posição da Juventude Socialista, a condenar a visita do Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz, a Vila Franca do Campo, para confraternizar com a JSD local, entregando, na altura o cartão de militante da JSD a 40 jovens que decidiram aderir a esta organização política.

Para quem possui uma representação juvenil na Assembleia Legislativa Regional, como diz a Juventude Socialista, vir a público criticar as acções e atitudes de um líder da oposição, só demonstra o incómodo que a constante adesão de novos militantes às hostes sociais democratas, causa à JS.

As organizações políticas de juventude não têm como única preocupação a de fazer militantes. Mas

Estarreja

Autarquia PSD vai ao encontro de necessidades dos seus munícipes

A implementação de um conjunto de programas de habitação social no Concelho de Estarreja, resultou já na intervenção num total provisório de 80 fogos.

Entre habitações recuperadas e construção de raiz, o Plano Municipal de Habitação Social congrega um conjunto de acções, entre as quais, o Programa Municipal “Casa Melhor”. A Câmara Municipal apresentou, no início do mês, os resultados da primeira edição deste programa. Na ocasião, deu a conhecer outros projectos em curso.

O Programa “Casa Melhor” concede o apoio financeiro à conservação de habitações degradadas de famílias carenciadas do Município. Os candidatos podem beneficiar de uma comparticipação, a fundo perdido, até um montante máximo de 3750 euros.

No ano em que entrou em vigor, 2004, entre 20 candidaturas apresentadas, foram admitidas 18. Destes, 13 casos estão concluídos ou em conclusão, dois apresentaram pedidos de prorrogação do prazo para a execução das obras e três encontram-se em processo de licenciamento. Durante o mês de Abril decorre o prazo de entrega de candidaturas para a edição de 2005 deste programa. A dotação orçamental global para o “Casa Melhor” aumenta de 40 mil euros para 60 mil euros.

O Vereador da Acção Social da Câmara, José Cláudio Vital, explicou que o “Casa Melhor” resulta em “intervenção localizada e bastante específicas, que se tornam catalizadoras de melhorias sociais concretas e de estímulo para as famílias”. Um caso de electrificação, em pleno século XXI, dado a conhecer posteriormente no terreno, é um exemplo da mudança que o programa já imprimiu em Estarreja. As obras mais frequentes dizem respeito à beneficiação de telhados e à construção de casas de banho. “Estamos a falar de famílias convencionais mas com carências habitacionais” e sem recursos económicos para melhorarem as suas casas.

“Repor as condições mínimas de habitabilidade e dignidade” é uma obrigação continuada da Autarquia,

sublinhou o Presidente da Câmara, José Eduardo de Matos que ressaltou: “nos últimos 20 anos, a Câmara não construiu nenhum fogo de habitação social de raiz”. Nos planos da Autarquia está “uma resposta mais profunda com uma intervenção mais estruturante” fazendo “renascer o contrato celebrado há 10 anos ao abrigo do PER”.

Após a apresentação da acção do Programa “Casa Melhor” em 2004, efectuou-se uma visita, escolhida ao acaso, a duas habitações que receberam obras de conservação. Eis os depoimentos recolhidos:

Maria da Luz Silva, de 80 anos, residente na freguesia de Pardilhó, teve possibilidade de construir uma casa de banho e que afirmou: «Foi uma grande ajuda, estou contente. Nunca tive uma casa de banho. A minha casa de banho era umas bacias onde me lavava. Nunca tive posses para construir uma e nunca tinha sido ajudada. Agora o pedido foi atendido”.

Fernanda da Silva, de 40 anos, na freguesia de Veiros, pode electrificar a sua casa e fazer arranjos de higiene, no interior, tendo dito que «Antes, era tudo feito à luz da vela. Agora, é uma alegria para os meus filhos, que já vêem televisão. E podem fazer os trabalhos de casa, com paciência, à noite. Era uma chatice quando a água era aquecida ao lume e tinha que lavar os meus filhos numa bacia. Agora, passam uma hora na banheira!”.

Construção de habitação social

O PER – Programa Especial de Realojamento “vai avançar para o terreno”, anunciou o Vereador da Acção Social. O loteamento dos terrenos localizados nas Freguesias de Salreu e Pardilhó foi aprovado pela Assembleia Municipal dando seguimento ao processo de construção de 16 fogos, nesta primeira fase, numa “dinâmica de pequena concentração



distribuindo as intervenções em pequenos núcleos”.

Em Avanca, será implementado o Programa Júlio Neves – homenageando-se a memória deste benfeitor – que vai dar resposta às necessidades da Freguesia neste campo. No último mês, a Autarquia lançou o concurso público para a construção de um fogo em Fermelã, a partir da demolição de uma casa degradada.

O levantamento de necessidades de realojamento habitacional sinalizou 10 casos em Salreu, 24 casos em Pardilhó e 16 casos em Avanca.

Por outro lado, ainda recentemente, a Autarquia abriu Concurso Público para atribuição, na modalidade de arrendamento, de 10 fogos de habitação social, na Urbanização da Teixugueira, Freguesia de Beduído, tendo já seleccionado as famílias entre 43 candidaturas apresentadas.

Nova passagem superior sobre a A29, em Avanca

Por algumas horas, a nova passagem superior sobre a A29 foi o palco de uma celebração por parte dos moradores da Rua de São Salvador, Lugar de Lagoa, Freguesia de Avanca. No último sábado, os utentes que vão beneficiar do acesso decidiram realizar um almoço de inauguração da ponte, a solução defendida pela população local para se evitar desvios de quilómetros.

As exigências das 40 famílias foram cumpridas mas o morador António Resende lembra que “a luta foi dura. Agora há que festejar. A Câmara Municipal também esteve sempre do nosso lado”, refere. No dia em que a população fez questão de assinalar a execução da passagem superior, António

Santos, porta-voz dos moradores, disse que sem a ponte “continuávamos isolados do resto da Freguesia de Avanca. Se não existisse, para passarmos para o outro lado da via, tínhamos que fazer um desvio de 4 km, agora são menos de 500 metros”.

A reivindicação da população teve, desde a primeira hora, o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Avanca. Havia o compromisso de “lutar para que todas as ligações fossem feitas”, lembra o Presidente do Município, José Eduardo de Matos. “Unimo-nos à volta desta reivindicação que é bem necessária e útil para toda a gente. Nessa perspectiva, e pela forma como as pessoas de S. Salvador lutaram e depositaram a confiança na Autarquia, valeu a pena a luta. É bom sinal que a gratidão ainda existe e é bom estarmos aqui todos a comemorar”, conclui.

Por ser uma “reivindicação justa”, a Junta de Freguesia de Avanca também esteve ao lado dos moradores, declarou José Artur Pinho, Presidente da Junta.

Praticamente um ano depois dos protestos da população, as obras encontram-se em fase de conclusão e a ponte já está transitável. Silvina Rodrigues espelha a satisfação popular. “Estou muito contente, fizeram justiça. Nós estávamos isolados e não merecemos. Foi uma luta difícil e vencemos”.

Pressionado pelas entidades locais, o IEP – Instituto de Estradas de Portugal assegurou a construção de uma passagem superior na Rua de São Salvador, no âmbito das obras do sublanço da A29 que liga Angeja (Albergaria – A – Velha) a Maceda (Ovar), procedendo-se ao justo restabelecimento do acesso que tinha sido cortado devido à passagem da via rápida. – CPS/Estarreja



Braga

No Dia Mundial da Criança, política para a Infância e Família



O Presidente da Comissão Políticas Concelhia do PSD, Ricardo Rio, e outras personalidades políticas locais, apresentaram em Conferência de Imprensa evocativa do Dia Mundial da Criança, algumas propostas para uma Política Municipal para a Infância e Família.

Destacando a “transversalidade das políticas municipais”, Ricardo Rio, candidato à Câmara Municipal de Braga pela Coligação Juntos por Braga nas eleições do próximo mês de Outubro, venceu que é “necessário colocar as crianças no coração dessas políticas e da acção municipal”.

Para tal, referiu, impõe-se actuar em diferentes domínios, como a política educativa, a manutenção dos equipamentos de lazer, para lá de várias iniciativas do foro social.

Assim, na área da Educação, importa prosseguir os investimentos de dotação e requalificação de equipamentos no Parque Escolar concelhio, acautelando a qualidade das infra-estruturas e dos serviços complementares de apoio, a par com um crescente envolvimento dos pais e dos próprios docentes.

A título de exemplo, a Autarquia deveria editar uma agenda do professor que assinalasse eventos, efemérides e o conjunto de recursos existentes no concelho que estão ao dispor da Comunidade Escolar.

No plano da monitorização da qualidade dos espaços de recreio e lazer, a JSD tem vindo a chamar a atenção da Câmara Municipal, através de várias posições públicas, para a situação dos parques infantis

e para o incumprimento do Decreto-Lei 379/97 que diz respeito à monitorização desses espaços.

Um Pelouro para a Infância e Família

Os Partidos da Coligação consideram que na autarquia bracarense deveria existir um Pelouro da Criança e da Família, assumindo a prioridade que esta área devia suscitar no quadro da actuação da Autarquia.

Afinal, segundo os Censos de 2001, existem no Concelho mais de 30.000 cidadãos com menos de 14 anos, sobre os quais reside o futuro do Concelho e cujo superior interesse deve ser devidamente acautelado.

Para Ricardo Rio, Braga precisa de estruturas que monitorizem, apoiem e defendam activa e continuamente a criança e a família, para o que propôs a criação de um Observatório Social, de um Centro de Recursos Familiares e de um Provedor Municipal do Cidadão-Criança.

O Observatório Social concelhio, explicou, destinar-se-á a fazer o levantamento contínuo da realidade do concelho em diferentes domínios que afectam a infância (abandono escolar, trabalho infantil, marginalidade infantil, etc.), em colaboração com as mais de 60 instituições que actuam neste domínio e em articulação com a Rede Social já existente.

O Centro de Recursos Familiares será uma estrutura de apoio às famílias do Concelho, aproveitando o conhecimento e os recursos oriundos do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, capaz de disponibilizar formação aos pais e acompanhamento às famílias, de prestar esclarecimentos, de fazer mediação familiar, entre outras funcionalidades a estudar.

O Provedor Municipal do Cidadão-Criança será alguém que possa acompanhar os diferentes domínios de intervenção da Autarquia e verificar se as políticas desenvolvidas vão ao encontro dos superiores interesses das crianças e do tecido familiar do Concelho. - **CPS/ Braga**

Autarcas do Parque Natural do Douro, descontentes com o Governo

Os autarcas do Parque Natural do Douro Internacional manifestaram ao ministro do Ambiente o seu descontentamento com a aprovação do plano de ordenamento da área protegida, sem terem conhecimento prévio da decisão do Governo.

Os autarcas da área do Parque foram surpreendidos, no Domingo, com uma resolução do Conselho de Ministros que aprova o plano de ordenamento do Parque, precedido por uma “acesa contestação” e contra-propostas à proposta inicial, que foi considerada “só com restrições”.

“Andámos durante três anos a discutir o plano e agora não é correcto ser aprovado sem se ter feito uma reunião antes com os autarcas e a comissão de acompanhamento”, disse o presidente da Câmara de Miranda do Douro, Manuel Rodrigo.

Os presidentes dos quatro municípios que integram o Douro Internacional, Miranda do Douro, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro, foram convidados, um dia antes da decisão do Governo, para um encontro com o ministro do Ambiente, Nunes Correia.

“Da minha parte não vai encontrar facilidades”, disse o presidente da Câmara de Freixo de Espada à Cinta, Edgar Gata, que esperava da parte do Governo “a lisura de chamar os autarcas antes da decisão final”.

“Se o senhor Ministro do Ambiente vem com ideias de nos dar uma grande notícia, vai regressar com a cara fechada”, afirmou.

Os autarcas desconhecem ainda o conteúdo do plano de ordenamento aprovado na generalidade pelo Conselho de Ministros, mas temem que não contemple as “quatro ou cinco páginas de propostas de alteração” apresentadas durante o período de consulta pública.

Uma das propostas em princípio rejeitada, diz respeito ao direito de preferência dos operadores privados, sobre as iniciativas das autarquias para aproveitamento turístico das albufeiras, nomeadamente do Douro.

A segunda prende-se com o carácter vinculativo de todos os pareceres do parque acerca de qualquer intervenção na área protegida, que os autarcas pretendiam fosse apenas indicativo.

O autarca de Freixo de Espada à Cinta receia que o plano se transforme naquilo que considera “ser já habitual no nosso país: um conjunto de Leis desajustadas, que não são aplicáveis nem aplicadas”. - **Lusa e PL**

Viana do Castelo

PSD questiona isenção e imparcialidade do Governador Civil



O PSD de Viana do Castelo anunciou que vai “pedir explicações” ao Ministro da Administração Interna sobre a actuação do Governador Civil do distrito, que considera desrespeitadora dos princípios da isenção e da imparcialidade.

Em conferência de imprensa, o presidente da CPD de Viana, José Eduardo Martins, explicou que em causa estão duas recentes visitas do Governador ao portinho de Vila Praia de Âncora, uma com o representante no distrito do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) e outra com o ministro da Defesa, Luís Amado.

Nessas visitas, e ainda segundo o PSD, o governador civil “fez-se sempre acompanhar dos candidatos autárquicos do PS”, mas “desconsiderou” a Câmara, que é presidida pela social-democrata Júlia Paula.

Por isso, os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Viana do Castelo, apresentaram na segunda-feira um requerimento, na Assembleia da República, questionando o ministro da Administração Interna sobre o carácter oficial ou particular dessas visitas e sobre a legitimidade da participação do Governador Civil nas mesmas.

“A nós parece-nos que são situações que põem em causa o prestígio do Governo, muito mais numa altura em que estamos a quatro meses das eleições autárquicas”, referiu José Eduardo Martins. - **Fonte: Lusa/PL**



AZAMBUJA

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 18 de Junho (sábado), pelas 21.00 horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Manique do Intendente, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Aprovação das linhas estratégicas do Programa Eleitoral aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais
3. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Carregado do Sal, para uma reunião, a realizar no dia 17 de Junho de 2005, pelas 21h00, na sede do partido, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Ratificação das propostas de candidatos às eleições autárquicas, apresentadas pela Comissão Política de Secção;
- 2 - Preparação de algumas acções de pré-campanha.

MAFRA

Convoca-se a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, para uma reunião a decorrer no próximo dia 23 de Junho de 2005, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua do Arvoredo. Bloco B – Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política a nível local e nacional;
2. Apresentação de candidatura às eleições Autárquicas 2005, de acordo com a alínea f) do ponto 2 do artigo 50º, de modo a dar cumprimento ao estipulado na alínea f) do ponto 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD,

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia de Secção de Loures, para reunirem em Assembleia a realizar no próximo dia 23 de Junho de 2005, quinta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD, sita no Parque Residencial do Almirante, lote 15 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições Autárquicas 2005 – Concelho de Loures.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela do PSD, para um plenário a realizar na sede do PSD de Palmela, Rua Hermenegildo Capelo, nº 141, no dia 22 de Junho de 2005, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política Local e Nacional.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mira, para reunirem no próximo dia 16 de Junho de 2005 (quinta-feira), pelas 21h30, na Casa do Povo de Mira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Mira nas eleições autárquicas de Outubro;
2. Análise da estratégia para as eleições autárquicas;

NÚCLEO DA PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Parede, para reunir no dia 17 de Junho de 2005 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Praia Mar em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação da lista de candidatos aos órgãos autárquicos da freguesia, proposta pela Comissão Política de Núcleo.

NÚCLEO DE SÃO DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Do Núcleo de S. Domingos de Rana, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2005 (sexta-feira), no Hotel Praia Mar, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação da lista de candidatos aos órgãos autárquicos da freguesia, proposta pela Comissão Política de Núcleo.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2005, pelas 21h00, no Edifício sede da Junta de Freguesia da Palhaça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais e aprovar o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política (artigo 50º, alínea f).

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seixal, para uma reunião a ter lugar na sede concelhia, no dia 15 de Junho de 2005, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Parecer sobre as candidaturas aos Órgãos Autárquicos do concelho;
3. Análise da situação Político-partidária.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no dia 17 de Junho (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua da Boavista, nº11 – Vila Real, com a seguinte ordem de trabalho

- 1-Análise da situação política actual;
- 2-Outros assuntos.



ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Óbidos para o dia 9 Julho de 2005, pelas 21h00 na Sede, sita na Praça Dr. Azeredo Perdigão, n.º 7 Amoreira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário e da

Comissão Política de Secção;
2 – Análise da Situação Política.

Nota:

- 1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao plenário, na Sede em cima citada.
- 2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.
- 3- As urnas permanecerão abertas por um período de 1 hora conseqüentemente das 22 horas às 23 horas.

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD da Nazaré para o dia 8 de Julho de 2005, pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Adrião Batalha, n.º 144, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção;
- 2- Análise da Situação Política.

Nota:

- 1 – As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao Plenário, na Sede em cima citada.
- 2 – As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5 % de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.
- 3 – As urnas permanecerão abertas por um período de 1 hora, conseqüentemente das 22h00 às 23h00.

NÚCLEO QUINTA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Quinta do Conde, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2005, pelas 16h00, na Sede do PSD Quinta do Conde, sita no Centro Comercial Europa, 3, Lote 13 C, na Quinta do Conde 3, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede de Concelhia do PSD, em Sesimbra, sita Rua da República, n.º 20, 1.º Esquerdo, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.
- b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00.

O governo tem vindo a anunciar sucessivas medidas para controlar o défice e sanear as contas públicas que, pelas suas consequências económico-sociais e a sua contradição com os compromissos eleitorais assumidos pelo PS, nos causam profunda preocupação.

A total contradição entre as promessas feitas na campanha eleitoral e as medidas agora anunciadas, retiram credibilidade ao governo para merecer a confiança e o apoio dos portugueses nas políticas que preconiza, e isso é muito grave.

Em vez de inculcar motivação nos agentes económicos e sociais, o governo desacredita-se e gera frustração, porque os portugueses começam a perceber que foram enganados.

Na verdade:

1. José Sócrates prometeu que não ia aumentar os impostos, criticou violentamente Durão Barroso quando o fez, mas a forma mais fácil que agora encontrou para arranjar receitas foi aumentar o IVA em 2%, com reflexos nos aumentos de todos os produtos e serviços prestados.

O aumento do imposto sobre os combustíveis vai na mesma linha, obrigando as classes médias a mais sacrifícios e causando encargos

insuportáveis para muitas pequenas e médias empresas.

Ambas as medidas representam mais austeridade para as famílias e para as empresas, com riscos de mais falências e mais desemprego.

O argumento de que o governo desconhecia a dimensão do défice, não é honesto. O País sabe que no debate do Orçamento do Estado para 2005, vários deputados do PS afirmaram que, para os socialistas, o défice real e sem receitas extraordinárias situava-se acima dos 6%.

2. Todos nos lembramos da promessa socialista em criar 150 mil novos empregos durante a legislatura. Hoje, o Ministro das Finanças anuncia que o desemprego vai crescer até 2009, com o mesmo à vontade e sem qualquer pudor, como José Sócrates fez aquela promessa e a anunciou profusamente em outdoors por todo o país.

Para José Sócrates cumprir a sua promessa, todos os anos deviam ser criados 37.500 postos de trabalho, a uma média de 3.125/mês, 781/semana e 112/dia. Nada disto se está a verificar. Os dados disponíveis indicam que o desemprego está a subir.

Em contrapartida, ao nível dos dirigentes de topo da Administração

Pública e das administrações das empresas e institutos públicos, assiste-se a um desenfreado assalto a esses lugares pelo aparelho partidário socialista, sem qualquer critério de competência técnica ou de bom senso, com substituições a custarem centenas de milhares ou mesmo milhões de euros aos contribuintes. É um escândalo.

3. No domínio das pensões, os 300 euros prometidos para a reforma mínima, deixaram de constar como preocupação política do governo.

Em seu lugar são anunciados o aumento da idade de reforma, a revisão da base de cálculo das pensões, a anulação da possibilidade de reformas antecipadas, agravamento do IRS das pensões e a uniformização das reformas da função pública com as do regime geral da segurança social.

Tudo ao contrário do que o PS prometeu durante a campanha eleitoral, e que tanto criticou no PSD por na altura defender algumas dessas medidas.

Para os TSD, não está em causa a necessidade de tomar algumas daquelas medidas e adoptar outras que o governo ignorou. Por exemplo, cobrança de portagens nas SCUT's, medida muito mais justa do que obrigar os automobilistas que não passam nessas vias a pagar por aqueles

que as utilizam, e moralizar a criação de empresas municipais e institutos públicos, que existem sem qualquer critério de racionalidade económica e que apenas servem para alimentar clientelas com lugares de administradores com todas as mordomias que lhe são inerentes.

O que para os TSD está verdadeiramente em causa é a falta de verdade que caracteriza estas medidas do governo, o seu desequilíbrio e os seus efeitos devastadores nas classes médias. Objectivamente, o governo declarou guerra às classes médias.

Os TSD não podem aceitar medidas tão gravosas e penalizadoras dos trabalhadores, especialmente dirigidas aos funcionários públicos, agora como sempre transformados em "bodes expiatórios" das políticas erradas dos governos.

É neste quadro que os TSD receiam que o governo esteja a desperdiçar credibilidade e tempo tão necessários à concretização das medidas indispensáveis ao saneamento das contas públicas e ao relançamento da economia nacional, e manifestam o seu total apoio aos trabalhadores e suas organizações representativas nas acções que venham a realizar contra estas medidas desequilibradas e anti-sociais.

Lisboa, 4 de Junho de 2005

O "Choque... da Contradição"!

O ataque aos trabalhadores, a contradição das promessas eleitorais e a falta de ideias do PS e do Primeiro-Ministro, são chocantes.

No momento actual, seria de esperar que o governo apresentasse medidas para alavancar a economia e promover o crescimento e desenvolvimento económico.

Essa era a prioridade que o governo declarou em campanha eleitoral. Mas não, em vez disso o governo brinda os Portugueses e em especial os trabalhadores por conta de outrem, os reformados e pensionistas, os desempregados e os jovens estudantes, com cortes e constrangimentos, acompanhados de aumento de impostos.

Final de contas, onde está a alavancagem económica? Não existe! E esse é o único e verdadeiro problema. O governo não tem ideias no que toca ao desenvolvimento do tecido produtivo e esconde-se atrás de uma previsão de défice para que não se perceba a sua falta de ideias e de qualidade. Demonstram que são uma estirpe de académicos sem qualquer experiência no terreno e com uma visão idílica e modelar dos fenómenos económicos e sociais, e revelam-se incapazes de produzir resultados que o País espera e precisa, fazem um ataque de cosmética e uma operação financeira com números, afectando a maior parte dos Portugueses e as suas famílias.

Os TSD de Lisboa, já vinham a alertar para este possível procedimento e ataque aos Portugueses, mas infelizmente a Comunicação Social não publicou nem uma linha dos nossos alertas em claro desrespeito pelos direitos de publicação consagrados;

Os TSD de Lisboa, estão inconformados com mais este ataque aos Portugueses, aos trabalhadores em geral e em especial aos trabalhadores da Administração Pública, que mais uma vez são os alvos predilectos dos governantes;

O aumento do IVA e da carga fiscal sobre os trabalhadores Portugueses são, para além de apertar ainda mais o cinto, medidas que levarão a uma evasão fiscal e ao enriquecimento dos especuladores; e não resolve nenhum problema económico.

O ataque em todas as frentes aos trabalhadores da Administração Pública é uma inqualificável afronta, que para além de lhes retirar direitos adquiridos como são por exemplo o estatuto da aposentação, retiram-lhes dinamismo e motivação para o desenvolvimento futuro de uma Administração Pública, que se quer mais moderna e eficaz;

Os TSD de Lisboa não podem deixar de lembrar que, em dois meses, se fizeram 659 nomeações para altos cargos dirigentes, como é o exemplo de um militante do PS, o Dr. Fernando Gomes para Administrador da GALP, o que não parecem medidas consentâneas com os sacrifícios e esforços pedidos aos Portugueses.

São sempre os mesmos a ser atacados, mantendo-se intocáveis as regalias e os proveitos de alguns;

Os TSD de Lisboa esperavam que o Primeiro-Ministro e o PS viessem cumprir o prometido em campanha eleitoral aos Portugueses, tais como: criar mais 150 mil novos empregos, reduzir a despesa sem aumentar os impostos, aumentar os funcionários públicos de forma digna; reforçar e incentivar a contratação colectiva; melhorar a concorrência contra o abuso de posição dominante do monopólio e de privilégio; maior fiscalização sobre as derrapagens das grandes empreitadas, entre outras. E até agora não se ouviu falar do início da concretização de qualquer delas.

Os TSD de Lisboa, contestam estas medidas e classificam-nas de prepotência, incapacidade de decisão e afronta aos trabalhadores mais desfavorecidos, as classes médias e baixas e denunciam "a contradição das promessas eleitorais feitas".

Para nós, estas medidas agravam as vidas das pessoas e das famílias, nivelando-as por baixo, baixam a confiança dos Portugueses e comprometem seriamente o desenvolvimento do País.

O "estado de graça" acabou!



Daniel Fanguero

– Presidente da JSD participa em acção de solidariedade organizada pelo Núcleo de Parede



No âmbito dos valores da solidariedade, fraternidade e igualdade; a JSD de Parede organizou um jantar com o objectivo de angariar brinquedos, roupa, donativos, material didáctico e software de suporte informático para apoiar os “miúdos” da Casa da Criança.

O objectivo desta instituição é o acolher crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade, filhas das reclusas ou retiradas aos seus progenitores devido a maus tratos e violência. Este acolhimento/apoio é efectuado em coordenação com o Estabelecimento Prisional de Tires.

Com o apoio da CPN, que ofereceu o software de Historia e Ambiente, e militantes e simpatizantes da JSD foi possível juntar uma grande quantidade de brinquedos e roupa, assim como colmatar uma das principais carências apontadas pela instituição – a falta de software informático.

A JSD Parede agradece a todos os que de alguma forma colaboraram nesta iniciativa, esperando que esta seja seguida por muitos elementos afectos à JSD, de forma a dar um contributo activo e presente à sociedade.

CPS-JSD Vendas Novas distribui folheto informativo

A secção da JSD de Vendas Novas distribuiu no passado dia 27 de Maio a 5ª edição do seu folheto informativo: J-Link. Este documento em formato A4 visa dar a conhecer à sociedade vendasnovense as actividades desenvolvidas pela JSD a nível local.

Na 5ª edição focaram-se essencialmente assuntos relacionados com as eleições autárquicas do próximo mês de Outubro, e o papel que os jovens sociais democratas terão na concretização dos projectos do PSD.

O documento encontra-se disponível para download em www.jsd-vendasnovas.net.



JSD Algarve organiza JOTA ALGARVE 2005

No passado dia 21 de Maio, decorreu no concelho de Loulé o Jota Algarve 2005, que contou com a presença de mais de 100 participantes.

No período da manhã decorreu um torneio de Paintball, do qual saiu vencedora a equipa Orange Fire.

De tarde teve lugar, no estádio do Almancilense, um bastante competitivo torneio de futebol 7, em que se sagrou campeã a equipa A de São Brás de Alportel.

À noite, em Loulé, a organização proporcionou aos participantes um jantar convívio e a entrega das taças às equipas campeãs. O evento foi muito animado tendo ficado da promessa de em 2006 se repetir o evento ainda com mais participantes.



Comunicação à Imprensa

O Secretário-Geral, Miguel Macedo acusa o Governo socialista de “tentativas de controlo” do Estado



No dia 1, quarta-feira, na Sede Nacional, o Secretário-Geral, Miguel Macedo, deu uma conferência de Imprensa na qual afirmou que o Governo está a exhibir uma “tentação preocupante” de controlar o aparelho do Estado, nomeadamente através da substituição de centenas de pessoas na administração pública.

“Há dois meses e meio em funções, o Governo socialista exhibe uma tentação preocupante: a tentação do controle partidário do aparelho de Estado”, afirmou Miguel Macedo, que disse: «São vários os factos que comprovam esta tentação. Mas há três particularmente graves:

O primeiro é a decisão da RTP de contratar o Deputado e dirigente Socialista António Vitorino para comentador.

É uma decisão insólita. Já se viram na RTP programas de debate político entre dirigentes ou responsáveis políticos. Mas nunca se tinha visto um Deputado e dirigente partidário do activo, sozinho, todas as semanas, em horário nobre, a fazer de comentador.

Mas sendo insólita esta decisão é grave.

É grave, porque desta forma a RTP está a favorecer o Partido Socialista em detrimento de todos os Partidos da Oposição.

É grave, porque o Dr. António Vitorino não é um comentador político. É um político no activo, dirigente partidário e Deputado.

É grave, porque, deste modo, se violam, de forma grosseira, as exigências de isenção e pluralismo a que a RTP está obrigada.

O PSD já pediu explicações á RTP, já denunciou o caso à Alta Autoridade para a Comunicação Social, já requereu a ida do Director de Informação da Televisão Pública ao Parlamento.

Mas o precedente é de tal forma grave que, a não ser alterada a situação, podemos ser forçados a recorrer ao magistério de influência e intervenção do Senhor Presidente da República.

O segundo facto ocorreu anteontem. O Governo, em Conselho de Ministros, alterou o regime de designação dos Presidentes das Comissões de Coordenação Desenvolvimento Regional.

De há dois anos a esta parte, os Presidentes destas entidades são escolhidos por via da eleição. Eleição em que participam os Presidentes das Câmaras da região, as Universidades, as Regiões de Turismo, as Associações Empresariais e Sindicais.

Anteontem, o Governo revogou este regime para consagrar o regime de mera nomeação governamental.

É outra decisão grave.

Grave porque é uma afronta ao Poder Local, a quem são retiradas competências política essenciais.

Grave porque é um retrocesso na ideia de descentralização.

Grave porque é ainda uma atitude de desprezo pela sociedade civil.

Esta decisão do Governo Socialista só tem um objectivo: fazer com que o Governo escolha, a seu bel-prazer, quem quer e lhe apetece para instituições tão importantes como as CCDR's.

A decisão de eleição – decisão tomada há 2 anos – foi promulgada, com aplauso geral, pelo Senhor Presidente da República.

A decisão de nomeação – decisão agora tomada pelo Governo – tem já a oposição pública dos Autarcas e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O PSD apela, pois, ao Senhor Presidente da República para que, fiel às suas ideias descentralizadoras, não promulgue agora uma decisão que é um retrocesso no caminho da descentralização.

O terceiro facto é igualmente elucidativo.

No início do mandato o Governo propôs-se fazer aprovar nova regras para as nomeações de altos cargos da administração pública.

Chegou mesmo a fazer reuniões com os Partidos da Oposição. Apresentou, depois, ao Parlamento a sua própria Proposta de Lei.

A iniciativa inicial era positiva. Uma iniciativa visando identificar e separar os cargos de confiança política – que devem mudar quando os Governos mudam – de todos os demais que, não sendo de confiança política, devem manter-se inalterados, independentemente das mudanças de Governo.

Mas, mais cedo do que mais tarde, as reais intenções do Governo vieram ao de cima.

A Proposta de Lei apresentada vai muito para além do propósito inicial, optando por uma autêntica implosão da Reforma da Administração, no ano passado aprovada.

Mas ainda nem há lei aprovada, ainda não há novas regras estabelecidas, ainda não há sequer discussão da Proposta de Lei apresentada e já o Governo desatou, numa correria desenfreada, a substituir centenas e centenas de pessoas na Administração Pública, com um único critério – o partidário!

É certo que, nestas matérias, todos os Partidos têm falhas e responsabilidades.

Mas é tempo de alterar este estado de coisas. Foi o que o Governo prometeu e se propôs fazer no início do mandato.

Agora, esta sua corrida desenfreada aos lugares, é um exercício de duas coisas: hipocrisia política e despudorado clientelismo.

Todas estas situações merecem a nossa condenação política.

Finalmente, todas estas situações revelam ainda que o Governo do Partido Socialista ao mesmo tempo que impõe rigor aos portugueses esquece que deve ser, ele mesmo, o primeiro a dar um exemplo de rigor.

Respostas a algumas perguntas

Questionado pelos jornalistas sobre se estava a referir-se à nomeação do ex-ministro socialista Fernando Gomes para administrador da Galp, Miguel Macedo considerou que esse “é um dos exemplos maus que podem ser anotados, a par de centenas de outros”.

“Quando a nova lei for aprovada não vai ter resultado nenhum. O PS, até lá, vai fazendo o que quer, demitindo quem quer e admitindo quem quer”, criticou, reconhecendo algumas “falhas” cometidas no passado pelo PSD nesta matéria.

“Podem ter ocorrido algumas situações similares mas, logo na campanha eleitoral, assumimos nesta matéria que era preciso de mudar de vida”, acrescentou.

Sobre a decisão da RTP de contratar o deputado socialista António Vitorino para comentador, o secretário-geral do PSD considerou tratar-se de um caso claríssimo de favorecimento ao PS.

“Desta forma, a RTP está a favorecer o PS em detrimento de todos os partidos da oposição”, sublinhou, recusando qualquer semelhança com o caso do ex-líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, que faz igualmente comentário político naquela estação de televisão.

“O professor Marcelo Rebelo de Sousa não é um dirigente partidário no activo. É evidente que as situações são completamente opostas”, referiu, considerando o caso de António Vitorino como uma situação “única, inédita e insólita. António Vitorino é um político no activo, destacado dirigente do PS e membro de órgãos directivos daquela formação política”.

“Deste modo, violam-se, de forma grosseira, as exigências de isenção e pluralismo a que a RTP está obrigada”, acrescentou, adiantando que o PSD já pediu explicações á RTP, já denunciou o caso à Alta Autoridade para a Comunicação Social e já requereu a ida do director de informação daquela estação de televisão ao Parlamento.

“Mas o precedente é de tal forma grave que, a não ser alterada a situação, podemos ser forçados a recorrer ao magistério de influência e intervenção do senhor Presidente da República”. - PL

